

RAFAEL LUIZ ALBERTON

O DEBATE SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Fábio Dória Scatolin

**CURITIBA
2006**

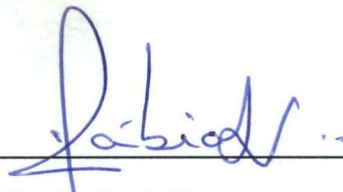
TERMO DE APROVAÇÃO

RAFAEL LUIZ ALBERTON

O DEBATE SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

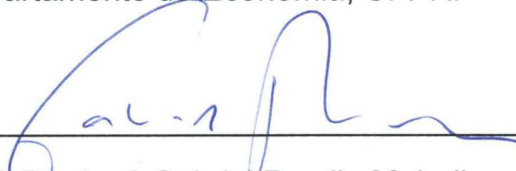
Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Fábio Dória Scatolin

Departamento de Economia, UFPR.



Prof. Dr. José Gabriel Porcile Meirelles

Departamento de Economia, UFPR.



Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula

Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 30 de novembro de 2006

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos que me auxiliaram para a concretização deste trabalho, especialmente a meus pais, Bortolo e Marilza, a minha noiva Elaine, aos meus irmãos e amigos que de contribuíram com apoio e carinho durante este último ano.

Agradeço especialmente ao professor Fábio Scatolin pela atenção dedicada durante esta etapa de minha formação acadêmica, pelas horas que dispensou de seu tempo me auxiliando na elaboração deste projeto.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	vi
LISTA DE SIGLAS	vii
RESUMO	viii
INTRODUÇÃO	1
1 A ECONOMIA E A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA NO SÉCULO XX	3
1.1 O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES (1930/1960).....	3
1.2 DA CRISE AO MILAGRE (1960/1973).....	5
1.3 DO CRESCIMENTO FORÇADO A CRISE (1974/1984).....	8
1.4 A ECONOMIA BRASILEIRA DE 1985 A 1993.....	11
1.5 A ECONOMIA BRASILEIRA DE 1994 AOS DIAS ATUAIS.....	14
2 O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO	19
2.1 O CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	19
2.1.1 Os debates sobre desindustrialização no Brasil.....	22
2.1.1.1 Debates que apontam para um processo de desindustrialização no Brasil.....	23
2.1.1.2 Debates que não acreditam em um processo de desindustrialização no Brasil.....	25
2.1.1.3 Possibilidades de retomada do processo de industrialização.....	30
3 ANÁLISE EMPÍRICA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	33
3.1 PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO PIB BRASILEIRO.....	33
3.2 PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO NOS DIVERSOS SETORES.....	35
3.3 EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NOS ÚLTIMOS ANOS.....	38
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 3.1 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SETORES DA ECONOMIA NO PIB BRASILEIRO NO PERÍODO 1947-2005 (%).....	34
GRÁFICO 3.2 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) - 1981-2001 (%).....	35
GRÁFICO 3.3 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA - 1940-2000 (%).....	36
GRÁFICO 3.4 - ÍNDICE DE PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA (1985=100) - JAN 1985 - ABR 2001.....	37
GRÁFICO 3.5 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E SERVIÇOS NO EMPREGO FORMAL TOTAL DA ECONOMIA BRASILEIRA, NO PERÍODO 1985-2004 (%).....	38
GRÁFICO 3.6 - PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E DE PRODUTOS COM BAIXA, MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA SOBRE O TOTAL EXPORTADO (%).....	39
GRÁFICO 3.7 - PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E BASEADOS EM RECURSOS NATURAIS E DE PRODUTOS COM MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA SOBRE O TOTAL EXPORTADO (%).....	39
GRÁFICO 3.8 - PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E BASEADOS EM RECURSOS NATURAIS E DE PRODUTOS COM BAIXA TECNOLOGIA SOBRE O TOTAL EXPORTADO (%).....	40

LISTA DE SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CMN - Conselho Monetário Nacional

FED - Federal Reserve Bank

FMI - Fundo Monetário Internacional

FSE - Fundo Social de Emergência

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCB - Índice de Preços das Commodities Brasileiras

MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ORTN - Obrigações Reais do Tesouro Nacional

PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo

PAI - Plano de Ação Imediata

PEA - População Economicamente Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PIM-DG - Produção Industrial Mensal - Dados gerais

PIMES - Política Industrial Mensal de Emprego e Salário

PNADS - Pesquisas Domiciliares por Amostra de Domicílios

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

POC - População Ocupada

PSI - Processo de Substituição de Importações

Rais - Relação Anual de Informações Sociais

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

URP - Unidade Referencial de Preços

URV - Unidade real de Valor

VTI - Valor de Transformação Industrial

RESUMO

O termo “desindustrialização” vem sendo muito discutido no Brasil nos últimos anos e, em consequência disto, inúmeros trabalhos vem surgindo a respeito da ocorrência ou não de tal processo no país. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a ocorrência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil, através da interpretação dos conceitos e teorias vigentes sobre o tema e da análise empírica dos dados da participação dos setores no PIB brasileiro, dados de emprego e análise da pauta de exportações nas últimas décadas e a relação destas variáveis com a evolução da economia brasileira. Conforme se verifica nos dados analisados, a partir da segunda metade da década de 1980 até meados do ano de 2000, houve uma queda na participação da indústria em relação ao PIB e uma redução da participação do emprego industrial. Portanto, segundo os conceitos estudados neste trabalho, houve um processo de desindustrialização da economia brasileira em tal período.

INTRODUÇÃO

O termo “desindustrialização” vem sendo muito discutido no Brasil nos últimos anos e, em consequência disto, inúmeros trabalhos vem surgindo a respeito da ocorrência ou não de tal processo no país.

Dentre os estudos que acreditam que o processo de desindustrialização afetou o país, temos os trabalhos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2005) que classifica a desindustrialização brasileira como “relativa”, pois segundo tal estudo, mesmo perdendo segmentos é importante destacar que a indústria brasileira manteve sua diversificação e setores de alta tecnologia, preservando sua capacidade de ampliar a produção e exportação. Já para PALMA (2005) e PEREIRA (2005), a desindustrialização é causada pela “doença holandesa”. A principal diferença é que PEREIRA (2005) acredita que ela foi originada pela exportação de produtos intensivos em recursos naturais enquanto que PALMA (2005) acredita que tal “doença” é causada pela mudança drástica no regime de política econômica, que levou a uma acentuada reversão da pauta de industrialização, para um processo de substituição de importações.

Dentre os estudos que não acreditam que o país esteja sofrendo de um processo de desindustrialização temos os estudos do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE, 2006), que mostra que “A idéia de que haveria um processo de desindustrialização em curso é contestada pelos superávits da balança comercial nos produtos diferenciados não-commoditizados a partir de 2002, pela recuperação do emprego industrial a partir do segundo semestre de 2004 e pela idéia simplista de que se produzir commodities não seria também uma ‘atividade industrial’”. Para a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS, 2006), desde o início da década de 1990 as flutuações do emprego industrial não apresentam uma queda contínua ao longo do tempo. Quanto à relação emprego industrial/emprego total, desde 1998 observa-se uma certa

estabilidade, e a análise da razão do Valor de Transformação Industrial (VTI) sobre o Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se crescimento da participação da indústria no PIB brasileiro. NASSIF (2006) conclui que não houve um processo generalizado de mudança no padrão de especialização e na realocação dos recursos produtivos dos setores baseados em tecnologia para indústrias baseadas em recursos naturais, fato que não evidencia que o país tenha sofrido de um processo de desindustrialização.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a ocorrência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil.

Para tanto, neste estudo são interpretados os conceitos e debates vigentes sobre o tema, análise empírica dos principais indicadores da indústria e a relação destes com a evolução da indústria brasileira.

Visando atingir o objetivo mencionado, optou-se por dividir o trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo é reconstituída a história da economia brasileira e a evolução do processo industrial no país. No segundo capítulo são apresentados os debates vigentes sobre desindustrialização e a análise dos principais estudos sobre o caso brasileiro. Por fim, o terceiro capítulo faz a análise empírica dos principais indicadores referentes à indústria e sua relação com a evolução econômica e industrial brasileira e as possíveis evidências de um processo de desindustrialização no país, através da interpretação dos debates vigentes.

1 A ECONOMIA E A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA NO SÉCULO XX¹

A história da economia brasileira no século **XX** é marcada por vários fatos, aos quais se destacam: i) crescimento econômico; ii) inflação crônica; iii) dívida pública crescente; iv) restrição externa ao crescimento; v) iniquidade distributiva; e nos últimos anos, vi) estagnação.

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais mudanças macroeconômicas vividas pela economia brasileira nas últimas décadas e suas repercussões no crescimento industrial do país.

1.1 O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES (1930/1960)

A década de 1930 e as décadas subseqüentes marcam o início do processo de industrialização do país, através da implementação do Processo de Substituição de Importações (PSI). A década de 1930 marca o declínio da produção de café e a conseqüente expansão da indústria. Neste período a indústria começa a ganhar espaço na geração do valor adicionado da economia, em detrimento ao setor agrícola. Ele mostra que o PSI tinha como idéia principal levar o país ao desenvolvimento e autonomia, a fim de superar as restrições impostas pelo setor externo e a tendência do Brasil de se especializar na exportação de produtos primários. A característica principal deste processo de industrialização por substituição de importações é de ser uma industrialização fechada, ou seja, ser voltada para o mercado interno e com adoção de medidas protecionistas. Este processo inicia-se com um estrangulamento externo, gerando escassez de divisas, pela queda das exportações aliada com a demanda interna por importações. Para controlar a crise cambial o governo adotava práticas protecionistas, visando

¹ Este capítulo é baseado principalmente em GREMAUD et al. (2004).

aumentar a capacidade e rentabilidade da indústria doméstica. Com isto gerava-se uma onda de investimentos na indústria nacional, produzindo aqui o que antes era importado.

O auge do processo de industrialização do Brasil é marcado pelo plano de metas adotado no governo de Juscelino Kubitschek, cujo objetivo principal era transformar a indústria brasileira, através da consolidação do setor produtor de bens de consumo duráveis. O plano se baseava nos estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Comissão Econômica para a América latina e o Caribe (CEPAL), que identificaram uma demanda reprimida por bens de consumo duráveis, e viam neste setor uma importante fonte de crescimento para o país, pois este estimulava o desenvolvimento de novos setores na economia.

SUZIGAN e FURTADO (2006), evidenciam que a política industrial visava construir setores, para que a estrutura industrial brasileira se igualasse as economias industrializadas. Eles afirmam que, “Essa construção da estrutura industrial e da infra-estrutura organizou o poder econômico em torno do conhecido tripé: Estado (infra-estrutura e indústrias de base), capital estrangeiro (indústrias dinâmicas) e capital nacional (indústrias tradicionais e segmentos das dinâmicas)”. (SUZIGAN e FURTADO, 2006, p. 170)

Durante o plano, houve investimentos estatais em infra-estrutura, com destaque para os setores de transporte e energia elétrica, estímulo ao aumento da produção de bens intermediários (aço, cimento, zinco, etc) e incentivos aos setores de consumo duráveis e de capital. Para a implementação do plano foram criadas comissões setoriais, visando à administração e o incentivo ao cumprimento das metas por setores. O governo visando o cumprimento das metas, além de realizar investimentos estatais, incentivava o crédito através da cobrança de juros baixos ou até mesmo negativos e estimulava o investimento estrangeiro, com incentivos fiscais

e garantias de mercado². Percebe-se no período analisado um rápido crescimento econômico e mudanças estruturais na base produtiva³, onde o setor agrícola perde força, e a industrialização se acentua, principalmente a partir de 1958.

O plano apresentou problemas, principalmente na questão do financiamento, pois com a ausência de uma reforma fiscal, estes eram efetuados através de emissões monetárias, que geraram no período índices elevados de inflação. Quanto ao ponto de vista externo, houve aumento do crescimento da dívida, com a deterioração do saldo da balança de pagamentos.

1.2 DA CRISE AO MILAGRE (1960/1973)

O início da década de 1960 marca a primeira grande crise brasileira na sua fase industrial, havendo queda no investimento e na renda, e um aumento do processo inflacionário herdado do Plano de Metas.

Segundo GREMAUD et al. (2004), há várias hipóteses para se explicar à crise. Há aquelas que atribuem a crise a fatores políticos e outra a fatores econômicos, e dentro destes grupos, fatores estruturais e conjunturais. Visando delimitar o campo de pesquisa, este trabalho identificará as explicações econômicas da crise. Dentro do aspecto econômico, a aceleração inflacionária, fez com o governo adotasse uma política econômica restritiva, controlando os gastos públicos, diminuindo o crédito e combatendo os excessos da política monetária. Associado a isto, uma série de problemas climáticos, afetou a agricultura e a geração de energia, prejudicando o crescimento.

O autor nos mostra outras visões dominantes sobre a crise, como a visão estagnacionista, que diz que a redução da taxa de crescimento vem do próprio

² A garantia de mercado vinha do protecionismo para os novos setores criados.

³ O setor de bens de consumo leve passam a ceder lugar para os bens de consumo duráveis.

esgotamento do dinamismo do processo de substituição de importações, e a visão de que a crise era cíclica endógena, causada pelo excesso da capacidade produtiva da economia gerada durante o Plano de Metas, o que fez com que houvesse a diminuição de novas inversões, afetando o resto dos setores. Outro aspecto ressaltado era a necessidades de reformas institucionais, principalmente a implementação de mecanismos de financiamento adequados, tanto para o setor público como para o setor privado.

O golpe militar de 1964 implementou reformas através do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Este plano tinha como objetivos principais acelerar o processo de desenvolvimento econômico, contenção do processo inflacionário, diminuição dos desequilíbrios setoriais e regionais, aumento do investimento e do emprego. As medidas de combate à inflação do PAEG visavam a redução do déficit público, através da redução dos gastos, ampliação da receita por meio da reforma tributária e aumento das tarifas públicas. Também houve restrição do crédito e aperto monetário, através do aumento das taxas de juros. Outro fator utilizado para a contenção da demanda foi à redução do salário real, via política salarial. GREMAUD (2004, et al.) salienta que a inflação era entendida como um mal inevitável do acelerado desenvolvimento econômico sofrido pela economia brasileira, e neste período surge a noção de correção monetária ou de indexação de valores à inflação. A inflação passou a ser combatida de maneira gradual, sem tratamento de choques, observando-se durante os anos de 1964 a 1968 uma redução em seus níveis de até 70%. O PAEG apresentou reformas na área tributária, como a introdução da correção monetária no sistema tributário, a alteração do formato do sistema tributário, transformando os impostos tipo cascata em impostos do tipo valor adicionado e a redefinição do espaço tributário entre as diversas esferas do governo. As reformas monetárias implementadas foram à instituição da correção monetária através das Obrigações Reais do Tesouro Nacional (ORTN), criação do Conselho Monetário Nacional (CMN), visando à independência da política monetária, e a

fiscalização e o controle do sistema financeiro. Visando eliminar o déficit habitacional foram criados o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Neste período foi realizada a reforma do mercado de capitais, visando a definição das regras de atuação dos agentes financeiros atuantes no mercado. Foi realizada a reforma do setor externo, visando estimular o desenvolvimento econômico, através do incentivo as exportações por meio de isenções fiscais, simplificação e unificação do sistema cambial, adotando-se o sistema de minidesvalorizações. Quanto ao controle as importações, foram eliminados os limites quantitativos, sendo utilizada apenas a política tarifária como forma de controle.

Segundo GREMAUD et al. (2004), o PAEG fez com que o Estado pudesse intervir com maior êxito na economia, e obteve um grande sucesso na redução do processo inflacionário, sendo decisivo para a retomada do crescimento.

O período de 1968 a 1973, nos governos de Costa e Silva e Médici, foi marcado pelas maiores taxas de crescimento da economia brasileira. A capacidade ociosa gerada no período anterior, juntamente com o crescimento da economia mundial, deu condições necessárias para o aumento da demanda. A inflação que era vista como de demanda nos governos militares passou a ser considerada como inflação de custos, com isto, afrouxaram-se as políticas de contenção de demanda, iniciando uma política de contenção de preços, onde os reajustes dependiam da previa aprovação do governo. As principais fontes de crescimento foram impulsionadas pela retomada do investimento público em infra-estrutura, aumento de investimentos das empresas estatais, demanda por bens duráveis ocasionada pela expansão do crédito ao consumidor, crescimento do setor de construção civil através do aumento de investimento do setor público e expansão do crédito proporcionado pelo SFH, crescimento das exportações impulsionadas pelo pela política cambial de minidesvalorizações cambiais, pela política comercial de incentivos fiscais e monetários e pelo crescimento do mercado mundial, ocasionado pelos déficits

públicos dos Estados Unidos.

Neste período, além do crescimento das exportações, houve a primeira onda de endividamento externo da economia brasileira. Este aumento do endividamento, em termos internacionais, foi impulsionado pela ampla liquidez do mercado mundial imposta pela expansão internacional dos bancos americanos, que buscavam fugir das restrições impostas pelo Federal Reserve Bank (FED) e enxugar a liquidez internacional impostas pelos déficits públicos americanos, fazendo com que a taxa de juros e o spread sofressem queda, e houvesse um aumento dos prazos para pagamento. Em termos internos, as taxas de juros cresceram, impulsionadas pela reforma financeira de 1964 a 1966 e pelo aumento da demanda por crédito, impulsionada pela expansão econômica. Enfatiza também que no período analisado ocorreu a elevada intervenção e participação do setor público na economia, através do controle de preços e por este setor responder pela maior parte das decisões de investimento. A principal crítica do chamado “milagre econômico” foi à elevada concentração de renda surgida, cujo lema ficou conhecido como a “Teoria do Bolo”, onde primeiro deveria haver o crescimento da economia para depois haver a divisão.

1.3 DO CRESCIMENTO FORÇADO A CRISE (1974/1984)

Com a ocupação da capacidade ociosa⁴ imposta pelo “milagre econômico”, GREMAUD et al. (2004) mostra que a economia brasileira passou a apresentar alguns desequilíbrios, como pressão inflacionária ocasionada pela dificuldade da expansão da oferta, e problemas na balança comercial, gerada pelo choque petróleo (final do ano de 1973), que levou a um aumento de preços desta commodity no mercado mundial. A queima das reservas ocasionadas pelos déficits no saldo de

⁴ Esta ocupação da capacidade ociosa ocasiona uma situação de pleno emprego.

transações correntes mostrou o elevado grau de vulnerabilidade externa da economia brasileira. Assim, no início de 1974, as opções que se apresentavam para a condução da economia brasileira era o ajustamento, através do controle da demanda interna, ou do financiamento, através da manutenção do crescimento elevado e ajuste de preços.

Em fins de 1974, foi lançado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), e a opção adotada foi de manter o crescimento da economia brasileira. O plano alterou as prioridades da industrialização brasileira, a qual deveria crescer com base nos bens de capital e insumos básicos, em detrimento da política adotada no período anterior, onde foram priorizados os bens de consumo duráveis. O novo modelo de industrialização acreditava que aumentando os investimentos das empresas estatais no setor de insumos, este aumento estimularia o setor privado a investir nos bens de capital. O plano manteve elevado o crescimento econômico da economia brasileira, porém a um nível bem menor do que o período anterior (Milagre).

Segundo o autor os dois problemas para a execução do plano eram o apoio político e a questão do financiamento. O apoio político veio do capital financeiro nacional, das empreiteiras e das oligarquias arcaicas. Quanto ao financiamento, este foi realizado pelas empresas estatais através do processo de "estatização da dívida externa", e pelas empresas privadas, através de créditos fornecidos pelas agências oficiais. Segundo ele, o Estado foi assumindo um passivo cada vez maior, com o objetivo de manter o crescimento e o funcionamento da economia e, este passivo, associado à falta de mecanismos adequados para o seu financiamento, será o grande problema enfrentado pela economia em períodos posteriores.

A alteração da política econômica norte-americana, através de uma política monetária restritiva, baseada no aumento das taxas de juros, fez com que a situação da dívida brasileira se tornasse insustentável, visto que este endividamento foi

realizado a taxas flutuantes. A partir de 1980, para fazer frente a esta dívida, era necessário um processo de ajustamento externo de busca de superávits, gerando no período de 1981 a 1983 uma profunda recessão na economia brasileira. A política adotada foi à contenção da demanda agregada (através da redução dos investimentos públicos, restrição ao crédito e aumento da taxa de juros, e redução do salário real) e uma estrutura de preços favorável ao setor externo (através da intensa desvalorização cambial, estímulo a competitividade da indústria brasileira, etc). Esta política favoreceu o setor externo, onde a recessão levou a uma queda nas importações e estímulo às exportações. A partir de 1984, com o sucesso do II PND, aliado a recuperação da economia mundial, incentivos a exportação e a desvalorização cambial, o superávit da balança de pagamentos foi conseguido até com o crescimento do produto.

SUZIGAN e FURTADO (2006, p. 172) afirmam que a partir dos anos 80, com relação ao campo político e econômico, o intervencionismo estatal perdeu força, e deixou de haver uma atitude em favor de uma política industrial, predominando os objetivos de estabilização macroeconômica. Eles mostram que:

Até fins dos anos 1980 restrições não-tarifárias fecharam ainda mais o acesso a importações, exportações foram subsidiadas, investimentos públicos em infra-estrutura foram reduzidos, os orçamentos públicos para financiamento industrial e para o SNDCT foram drasticamente cortados, os incentivos de fomento também foram reduzidos e os controles de preços e tarifas públicas tornaram-se apertados.

Segundo GREMAUD et al. (2004), o grande problema da economia era o ajustamento interno, uma vez que 80% da dívida brasileira era do setor público. Para o governo sustentar a dívida, ele detinha três opções: i) gerar um superávit fiscal; ii) emitir moeda ou iii) endividar-se internamente. Optou-se pelo endividamento interno, transformando a dívida externa em interna, acelerando a deterioração das contas públicas.

1.4 A ECONOMIA BRASILEIRA DE 1985 A 1993

Conforme se verifica no início da década de 1980, mesmo com o país passando por um processo recessivo (que contribuiu para uma melhora na balança de pagamentos), as taxas de inflação continuaram altas, fato que levava a crer que a inflação não possuía relação com o nível da atividade econômica.

Em 1985, com a continuidade do crescimento, através dos efeitos multiplicadores das exportações, a inflação tornou-se cada vez mais difícil de ser controlada, e com base neste cenário surge o Plano Cruzado.

Segundo CASTRO et al. (2005), o plano cruzado foi lançado com o objetivo de promover um “Choque Heterodoxo⁵” na economia, cujas medidas principais eram realizar uma reforma monetária e congelamento de preços, desindexação da economia e aumento do salário real.

GREMAUD et al. (2004) enfatiza que com referência à política fiscal e monetária não foram estabelecidas metas. Do lado fiscal foram realizadas algumas medidas importantes, como o início do processo de unificação orçamentária que fez com que houvesse um maior controle e acompanhamento das contas públicas, e a criação da Secretaria do Tesouro Nacional. Do lado monetário, a oferta monetária deveria adequar-se a demanda, sendo a taxa de juros a variável de acompanhamento do grau de liquidez da economia. Do lado externo, como o país possuía uma quantidade boa de reservas, não se recorreu a desvalorizações cambiais.

O sucesso inicial do plano é marcado pela queda abrupta da taxa de inflação, além de um grande crescimento econômico ocasionado pela introdução de elementos para estimular a demanda interna, como o aumento do salário real,

⁵ Corrente que acreditava que a principal causa da inflação era sua realimentação pela inflação passada (componente inercial), não decorrendo do excesso de demanda provocado pela emissão monetária.

existência de preços defasados, taxas de juros reais negativas, etc. Porém com o decorrer do tempo, o plano foi demonstrando algumas limitações, dentre as quais podemos citar a escassez de produtos gerada pela expansão da demanda e o surgimento da cobrança de ágio sobre os produtos em falta. O governo para garantir a oferta sem abrir mão do congelamento realizou algumas medidas como subsídios, isenção de impostos, liberação de importações, etc. Percebe-se então que o congelamento tornava-se inócuo, e sua manutenção deteriorava as contas externas e ocasionava reflexos do lado fiscal.

Em julho de 1986 foi lançado o “cruzadinho”, que consistia em um pacote fiscal que visava desaquecer o consumo e financiar o plano de investimentos em infraestrutura e metas sociais do governo. CASTRO et al. (2005) mostra que os aumentos de preços gerados por tais medidas foram expurgados dos índices oficiais, fato que gerou revolta da população. Também afirma que posteriormente ao “cruzadinho” foi lançado o “cruzado II”, que nada mais era que um novo pacote fiscal visando aumentar a arrecadação. Porém tais medidas não foram suficientes para sustentar o plano, cujo fracasso está relacionado à idéia errônea de que a inflação era “inercial”, pela condução de uma política fiscal e monetária “frouxa”, pela duração excessiva do congelamento e pelo descaso as contas externas através da manutenção do câmbio fixo.

Segundo CASTRO et al. (2005), em junho de 1987 foi criado o Plano Bresser, através de um *mix* de elementos dos pensamentos ortodoxos⁶ e heterodoxos sobre a causa da inflação brasileira, posto que sua causa era considerada como inercial e de demanda.

GREMAUD et al. (2004) enfatiza que o Plano Bresser era considerado um plano de emergência, e seu objetivo principal era deter a aceleração inflacionária e

⁶ Defendiam a tese de que a inflação era causada pela excessiva expansão monetária realizada para financiar o governo que gastava mais do arrecadava, ou seja, a inflação era causada pelo excessivo gasto público numa economia em que o Estado crescera demais.

evitar a hiperinflação, promovendo um choque deflacionário através da retirada do gatilho salarial e a redução do déficit público. As principais medidas adotadas foram: i) o congelamento de salários por três meses; ii) congelamento de preços por três meses (sendo que alguns preços tinham aumentado antes do plano); iii) desvalorização cambial e não congelamento da taxa de câmbio; iv) criação da Unidade Referencial de Preços (URP), que corrigia os salários dos três meses seguintes, através de uma taxa pré-fixada, com base na inflação dos três meses anteriores. As políticas monetária e fiscal foram adotadas, mantendo a taxa de juros real alta para evitar especulações com os estoques e aumento do consumo. O Plano teve sucesso na redução da inflação e na recuperação da Balança Comercial, porém suas medidas provocaram queda na produção industrial.

O governo, visando evitar a hiperinflação, inicia o Plano Verão adotando elementos ortodoxos e heterodoxos. Os elementos ortodoxos visavam conter a demanda, através da diminuição de gastos públicos e elevação da taxa de juros. Os elementos heterodoxos visavam promover a desindexação da economia, através do congelamento de preços e da subindexação dos salários. Foi criado o cruzado novo, a partir do corte de três zeros no cruzado. Quanto ao aspecto cambial primeiramente foi realizada uma desvalorização e depois foi adotada uma taxa de câmbio fixa em que 1 cruzado novo = 1 dólar. O Plano foi de curta duração, não sendo realizados ajustes fiscais, o que manteve elevados os déficits públicos e levaram ao descontrole monetário. Diante disto, a inflação se acelerou rapidamente chegando a atingir um patamar de 80% no último mês do governo.

O governo Collor se inicia com a adoção de um plano visando romper com a indexação da economia, cujas medidas foram a reforma monetária (visando à redução da liquidez da economia, através do bloqueio de depósitos a vista, aplicações e depósitos de poupança), a reforma fiscal (visando um superávit fiscal e um programa de privatizações) e a reforma administrativa (através de demissões de funcionários públicos). Conforme se observou no período apenas com relação ao

ajuste fiscal o governo obteve êxito, conseguindo obter um superávit primário de 1,2% do PIB, contra um déficit de 8% do período anterior.

Quanto ao setor externo foi realizado um processo de abertura comercial, eliminação de incentivos as exportações e adoção de câmbio flutuante. Com a aceleração do processo inflacionário houve uma valorização cambial, a partir do segundo semestre de 1990. Isso, combinado um cenário internacional desfavorável com a Guerra do Golfo, levaram a deterioração da Balança de Pagamentos. A partir de então, Banco Central foi forçado há promover uma desvalorização cambial que veio a aumentar o processo inflacionário, culminando com o fracasso do plano.

Os anos 1990 foram marcados por grandes transformações, segundo SUZIGAN e FURTADO (2006, p. 172). Eles apontam o fracasso do Plano Collor de implementar uma política industrial, indicando que o único componente implementado foi à liberação do comércio exterior. Esta liberação comercial submeteu a indústria (já enfraquecida pelos anos de estagnação), a uma concorrência desleal com as importações e com os investimentos estrangeiros.

1.5 A ECONOMIA BRASILEIRA DE 1994 AOS DIAS ATUAIS

Segundo CASTRO et al. (2005), o plano real foi composto em três fases: a primeira fase visava um ajuste fiscal, cujo objetivo era sanear as contas do governo; a segunda visava uma indexação completa da economia através da adoção da Unidade Real de Valor (URV); e a terceira visava uma reforma monetária, que permitiria manter a estabilidade da nova moeda, o real.

Os principais elementos do ajuste fiscal são apontados por GREMAUD et al. (2004) como sendo o corte de despesas, o aumento dos impostos e a diminuição das transferências do governo. Neste sentido foram criados o Plano de Ação Imediata (PAI), que determinava o corte nos gastos, e o Fundo Social de Emergência (FSE), que seria suprido por 15% dos valores dos impostos arrecadados, não estando vinculado às despesas determinadas na Constituição de

1988. CASTRO et al. (2005) ressalta que o ajuste fiscal não foi uma pré-condição a estabilidade, mas em contrapartida a indexação promovida pela URV na segunda fase do plano foi fundamental. A segunda fase começou no final de fevereiro de 1994, com a criação da URV, que visava eliminar o componente inercial da inflação, através da eliminação da “memória inflacionária”. Ela era corrigida diariamente pelos índices oficiais de inflação, mantinha uma paridade fixa de um para um com o dólar e servia como unidade de conta, posto que a função de meio de troca ainda era exercida pelo cruzeiro real.

GREMAUD et al. (2004) ressalta que uma série de preços foi convertida em URV, e em julho de 1994, quando praticamente todos os preços estavam convertidos, o governo introduziu a terceira fase do plano: a introdução da nova moeda, o real (R\$). Também afirma que o sucesso do plano estava ligado ao componente tendencial da inflação e a ausência de choques após a conversão, evitando assim que os agentes repassassem os choques de custos para os preços. Os meios utilizados para controlar a inflação foram a “âncora monetária⁷” e a “âncora cambial⁸”.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) se inicia com inúmeras pressões, segundo a visão de GIAMBIAGI et al. (2005): i) o medo dos agentes que com o superaquecimento da economia voltasse a instabilidade vivida no Plano Cruzado; ii) o medo de que a crise mexicana pudesse afetar o país; iii) os efeitos combinados de crescimento da demanda e redução de entradas de capitais externos, fizeram com que as reservas internacionais do Brasil caíssem; iv) a inflação mantinha uma certa resistência a queda.

O plano real foi bem sucedido no controle inflacionário. No período de 1995

⁷ A âncora monetária era o controle da demanda e da expansão monetária para evitar que os agentes repassassem os custos para os preços.

⁸ A âncora cambial consistia em manter valorizada a taxa de câmbio. Com a taxa valorizada tornava-se viável as importações, fazendo com que os preços internos se estabilizassem.

a 1998, as taxas de inflação caíram continuamente, mas a consequência deste êxito foi à aceleração do desequilíbrio externo e uma série crise fiscal. O desequilíbrio externo foi ocasionado pelo aumento das importações (ocasionado pela forte apreciação cambial), acompanhado com um pífio desempenho das exportações. O déficit da Balança de Pagamentos ocasionado era financiado com endividamento externo, fazendo com que a dívida externa brasileira crescesse consideravelmente no período. Quanto à crise fiscal, muito se discutiu quanto sua causa principal ser as altas taxas de juros reais, porém, o que se pode constatar foi que dois terços da piora foi ocasionada pela deterioração do resultado primário, e apenas um terço aos juros reais.

Depois de três ataques especulativos contra o Real, ocasionado pelas crises do México em 1994, a crise dos países asiáticos em 1997 e com a moratória Russa em 1998, o instrumento básico de combate (a alta taxa de juros), já não se mostrava suficiente para acabar com o problema, além de deteriorar cada vez mais a situação fiscal. É neste cenário que começa o segundo mandato de FHC. Antes mesmo das eleições o governo já negociou um acordo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para amenizar o quadro da situação externa desfavorável. Este acordo foi realizado mediante uma proposta de ajuste fiscal no qual o governo brasileiro se comprometeu a elevar o superávit primário de 0% do PIB em 1998, para 2,6% em 1999, 2,8% em 2000 e 3% em 2001. Como o acordo não foi suficiente para acalmar o mercado, em meados de janeiro de 1999, o governo deixou o câmbio flutuar e a desvalorização se tornou inevitável.

Em julho de 1999, tendo em vista o desaparecimento da âncora cambial o país passou a adotar o regime de metas de inflação⁹. Neste cenário a economia reagiu, crescendo no ano 3,3%. Em 2000 a economia cresceu 4% e a inflação foi de

⁹ O regime de metas inflacionárias consiste na definição da taxa de inflação a ser alcançada pelas autoridades monetárias num determinado período.

6%, atingindo a meta estabelecida para o ano.

Com as crises surgidas a partir de 2001 (crise da energia, o “contágio” argentino e os atentados terroristas de 11 de setembro), a evolução da economia não teve o mesmo retrospecto dos anos anteriores, tendo em vista a menor disponibilidade de capitais. Em resumo o período de 1999 a 2002 foi marcado por um crescimento baixo, com taxas de juros reais altas. Quanto à balança comercial e o resultado em conta corrente houve melhoras e com o ajuste fiscal o resultado primário chegou a 4% do PIB.

Segundo GIAMBIAGI et al. (2005), o governo de Luis Inácio da Silva se inicia com uma crise de desconfiança com relação à condução da política econômica do país. Os índices que apontam tal fato são: i) o risco-país que se encontrava na faixa dos 700 pontos em março de 2002, chegou a 2000 pontos em outubro do mesmo ano; ii) a expectativa de inflação subiu de 4% em janeiro para 11% em outubro de 2002; iii) a taxa de câmbio sofreu um aumento da cotação cambial de 68% entre março a setembro de 2002. A partir do primeiro trimestre de 2003, o mercado financeiro vendo que as políticas que seriam adotadas pelo Partido dos Trabalhadores não sofreriam mudanças radicais da anteriormente praticada, voltou a se estabilizar chegando o risco-país a cair até os 800 pontos. O país renovou o acordo com o FMI, demonstrando suas intenções de manter o cumprimento de metas fiscais e os demais acordos firmados. No combate a inflação, a ortodoxia fiscal e monetária adotada, aliada com a queda do câmbio no início de 2003, gerou resultados positivos. A contrapartida a queda da inflação foi um aumento da taxa de juros real selic de 6% em 2002 para 13% em 2003, fazendo com que a atividade econômica sofresse conseqüências, levando ao comprometimento do PIB em 2003.

BONELLI e GONÇALVES (1999, p. 4 e 5), apresentam suas conclusões sobre a estrutura industrial brasileira nas últimas décadas.

Primeiro, que a evolução de longo prazo da estrutura industrial brasileira pautou-se por padrões muito semelhantes aos de diversos outros países até, aproximadamente, a década de 80. Mas apresentou um certo, digamos, “viés industrialista” – definido como um

tamanho relativo da indústria acima do esperado pelas suas características demográficas, de dotação de fatores, tecnológicas e grau de desenvolvimento econômico geral. A origem deste “viés” está, certamente, no papel dos instrumentos de política econômica em diversas fases do desenvolvimento histórico brasileiro. Segundo – e como já fartamente documentado – a partir do começo da década de 80 o desenvolvimento industrial brasileiro experimentou um extenso processo de ajustamento que teve início simultaneamente com a crise da dívida externa. Desde o final da etapa de substituição de importações até o presente, a indústria brasileira sofreu os impactos sucessivos de períodos de recessão, estagnação e superinflação dos anos 80 e início da década seguinte, bem como da abertura comercial iniciada em 1990. Pior ainda, nos anos 80 a indústria e a economia brasileiras apresentaram, como traço perverso adicional, um crescimento virtualmente nulo da produtividade da mão-de-obra – variável reconhecidamente crucial na determinação do bem-estar das nações. Mais recentemente, nos anos 90, a recessão econômica 1990/92, a abertura comercial e financeira e a estabilização monetária moldaram o entorno macroeconômico dentro do qual tem ocorrido o ajustamento industrial. Um dos resultados tem sido o crescimento da produção que, embora abaixo da tendência histórica de longo prazo, vem sendo acompanhado de ganhos de produtividade historicamente inéditos, até o presente. Terceiro, e a despeito das dificuldades inerentes ao ajustamento, a dimensão relativa do setor industrial brasileiro seguiu um movimento de convergência, observado em escala mundial, que aproximou nossa indústria de determinados padrões normais de evolução, por nós estimados. Um resultado particularmente notável é que nosso “viés industrialista”, nítido até a década de 80, havia sido quase que totalmente eliminado em 1995. Neste último ano a participação da indústria no PIB se aproximou do previsto pelo padrão normal de desenvolvimento, extraído segundo uma abordagem à Chenery. Quarto, observou-se também, embora preliminarmente, uma redução no tamanho relativo das indústrias tradicionais, compensada pelo avanço de segmentos dinâmicos como o setor de material elétrico e o de material de transporte, que parece uma continuação da tendência histórica interrompida na segunda metade dos anos 80. Ambos os movimentos aproximaram a estrutura industrial brasileira daquela observada nas grandes economias desenvolvidas, as quais apresentam um certo equilíbrio entre os três grandes grupos de gêneros industriais analisados (segundo as categorias: indústrias tradicionais, dinâmicas A e dinâmicas B) – embora pareçam se afastar do padrão típico de países de dimensão e características estruturais semelhantes aos brasileiros.

Portanto, segundo os autores, a indústria sofreu com um cenário macroeconômico adverso a partir da década de 1980, tendo um crescimento da produtividade do trabalho nulo neste período. Esta tendência tem se modificado a partir da década de 1990, havendo um crescimento na produção, ainda que bem menor do que ocorreu em épocas anteriores.

No próximo capítulo são apresentadas os conceitos de desindustrialização e os principais debates sobre a sua ocorrência ou não no Brasil.

2 O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Existem várias hipóteses que explicam o processo de desindustrialização sofrida por alguns países nas últimas décadas. Verifica-se que este processo é uma consequência natural da evolução das economias, onde primeiramente temos uma queda do setor primário e uma expansão do setor industrial, e após queda no setor industrial e um aumento do setor de serviços.

Neste capítulo são apresentadas as principais hipóteses sobre o conceito de desindustrialização e a análise do caso brasileiro.

2.1 O CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O termo desindustrialização é utilizado para caracterizar o declínio da produção ou do emprego industrial em termos absoluto ou como proporção do produto ou emprego nacional.

Segundo ROWTHORN (1999), a literatura especializada desenvolveu várias hipóteses para explicar a queda do emprego nos países industrializados, dentre as quais destacam-se cinco. A primeira hipótese considera a redução da participação da mão-de-obra no setor industrial como sendo uma “ilusão estatística”, na qual apenas ocorre uma realocação da mão-de-obra da indústria para o setor de serviços através da terceirização. A segunda diz que tal redução é o resultado de uma diminuição da elasticidade de demanda por bens industriais. A terceira diz que a redução no nível de emprego vem do rápido aumento da produtividade no setor industrial ocasionada pelo avanço tecnológico¹⁰. A quarta hipótese apresentada, diz que a queda no nível de emprego industrial deve ser atribuída as “novas tecnologias”, onde os países em desenvolvimento avançado tendem a se

¹⁰ O avanço tecnológico tende a gerar a redução do emprego via aumento de produtividade.

especializar na produção de produtos mais complexos, prejudicando o emprego industrial, principalmente no que diz respeito à mão-de-obra não qualificada. A quinta e última hipótese apresentada por ROWTHORN, diz que a queda no nível de emprego é o resultado de uma nova divisão internacional do trabalho, onde as economias avançadas estão se especializando no setor de serviços, em detrimento da produção de bens manufaturados.

Ao utilizar os conceitos de ROWTHORN¹¹ (1994), PALMA (2005, p. 6) afirma que a primeira fonte de desindustrialização diz respeito ao chamado “U invertido” da relação entre emprego industrial e renda per capita, onde o país ao atingir determinado nível de renda passa a apresentar um processo de desindustrialização. Contudo, Palma afirma que a desindustrialização não é causada unicamente por este processo, mas pela interação de quatro fenômenos distintos. A segunda fonte de desindustrialização identificada por ele, diz respeito ao contínuo declínio da relação entre emprego industrial e renda per capita verificada em países com renda média e alta ocasionada pelo avanço tecnológico, pela realocação de parte da produção intensa em mão-de-obra para países em desenvolvimento e mudanças nas políticas econômicas a partir de 1980, principalmente com implementação de políticas deflacionárias que levaram a desaceleração do crescimento. A terceira fonte de desindustrialização, diz respeito à redução do ponto de virada da curva de regressão, passando de uma renda per capita de U\$\$ 20.645 mil em 1980, para U\$\$ 9.805 mil em 1990. A quarta fonte de desindustrialização apresentada, diz respeito à “Doença Holandesa”. Esta “doença” se manifesta tanto em países industrializados quanto em países em desenvolvimento e esta associada a um súbito aumento de exportações de produtos primários¹² (Holanda, por

¹¹ ROWTHORN, R. “Korea at the cross-roads”, Working Paper, nº 11, ESCR Centre for Business Research, Cambridge University, 1994.

¹² É o processo pelo qual a descoberta de uma fonte de recurso natural faz com que o país deixe de buscar um superávit comercial (via industrialização), pois consegue este superávit através da exploração de recursos primários.

exemplo) ou por uma súbita mudança da política econômica (países latino-americanos).

CLARK¹³ (1957), considera que num padrão normal, à medida que, um país de renda per capita baixa (cuja participação dos produtos primários na economia é alta), passa a ter níveis médios de renda, há uma tendência a um aumento da participação do setor industrial na economia, em detrimento ao setor primário. À medida que este país passa a ter níveis mais altos de renda, a tendência é ocorrer um aumento na participação dos serviços, em detrimento ao setor industrial. (NASSIF, 2006, p. 9)

ROWTHORN e WELLS¹⁴ (1987), afirmam que o processo de desindustrialização é um fenômeno de retração no emprego no setor industrial, tendo em vista os demais setores, notadamente o de serviços. (NASSIF, 2006, p. 9)

Há autores como PEREIRA (2005, p. 1), que associam a desindustrialização com o conceito de “doença holandesa”. Essa “doença” resulta da apreciação artificial do câmbio em consequência da exportação de produtos primários, devido ao baixo custo dos mesmos por utilizar recursos nacionais baratos. A diferença entre o preço em dólares desse produto no mercado internacional (que é determinado pelos produtores menos eficientes) e o seu custo é uma “renda econômica”, ou seja, um ganho que não tem relação com a produtividade. Se, além disso, esses produtos forem produzidos de forma moderna e eficiente, a probabilidade de que a taxa de câmbio seja artificialmente rebaixada, ou seja, valorizada em relação à taxa de câmbio necessária, é muito grande.

PEREIRA (2005, p. 2), mostra um modelo simples para explicar a “doença”.

Vamos imaginar que a taxa de câmbio necessária de um país em relação a uma cesta de

¹³ CLARK, C. The conditions of economic progress. London: Macmillan, 1957.

¹⁴ ROWTHORN, R.; WELLS, J.R. De-industrialization and foreign trade. Cambridge University Press, 1987.

moedas refletindo suas exportações seja um índice 100. Por taxa necessária eu entendo aquela taxa de câmbio que torna competitivos, no plano internacional, bens industriais que o país produz com aproximadamente a mesma eficiência que seus concorrentes. No caso do Brasil, precisaríamos, por exemplo, dessa taxa-índice 100 para exportar aviões ou automóveis. Suponhamos, porém, que o país descubra petróleo em grande quantidade. Para exportar petróleo, dadas as imensas rendas econômicas envolvidas, a taxa de câmbio índice será, facilmente, 30, e, se o governo não intervir administrando a taxa de câmbio ou impondo um imposto elevado sobre o petróleo, com o aumento das exportações de petróleo ela gradualmente convergirá para 30. Em conseqüência, tudo o mais que é produzido no país fica inviabilizado. O país se desindustrializa e se torna uma Venezuela.

Sendo assim, a apreciação do câmbio ocasionada pelas exportações de produtos primários pode ser prejudicial ao país, à medida que tal apreciação torna os produtos industrializados pelo país menos competitivos internacionalmente, prejudicando as exportações do setor industrial.

2.1.1 Os debates sobre desindustrialização no Brasil

A ocorrência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil vem sendo muito discutido no meio acadêmico e na imprensa em geral.

Dentre os estudos, verifica-se três correntes de pensamentos distintas. A primeira corrente a ser analisada, afirma que está ocorrendo ou já ocorreu um processo de desindustrialização no Brasil. Dentre os seguidores desta hipótese, temos o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), José Gabriel Palma¹⁵ e Luiz Carlos Bresser Pereira¹⁶. A segunda corrente a ser analisada, afirma que não ocorreu e nem está ocorrendo um processo de desindustrialização no Brasil. Dentre os seguidores desta hipótese temos neste estudo, o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE), a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) e André Nassif, economista da

¹⁵ José Gabriel Palma é professor na Universidade Cambridge.

¹⁶ Luiz Carlos Bresser-Pereira é economista e cientista social da Fundação Getúlio

Área de Planejamento do BNDES. A terceira corrente é apresentada pelo professor Mariano Francisco Laplane que acredita que o país não soube aproveitar a situação externa favorável e expandir o setor industrial.

2.1.1.1 Debates que apontam para um processo de desindustrialização no Brasil

Os estudos do IEDI (2005, p. 1) mostram que os países que possuem uma economia madura, fruto de um notável desenvolvimento econômico, tendem a iniciar um processo de desindustrialização positiva. Em países como o Brasil, e quase todos os países da América Latina, que passaram por processos de aberturas realizados equivocadamente e de aplicação de políticas macroeconômicas adversas, sofreram um processo de “desindustrialização negativa” e uma desaceleração do crescimento. O IEDI (2005, p. 1) evidencia que o processo de desindustrialização da economia brasileira iniciou-se em 1980 com a crise inflacionária e as políticas de contenção realizadas para evitar a corrente ameaça de hiperinflação. Na década de 1990, com a abertura comercial a economia brasileira tornou-se suscetível a choques externos. Esta vulnerabilidade pressionou a taxa de juros doméstica, que se manteve alta durante todo o período. Aliada a esta taxa de juros, a sobrevalorização do real ocasionou conseqüências negativas para a expansão do emprego e crescimento econômico, vindo a reduzir-se com a maxidesvalorização do Real em 1999. O IEDI apresenta dados empíricos demonstrando que o produto da indústria de transformação brasileira teve uma queda de 12 pontos percentuais de 1986 a 1998, passando de 32,1% do PIB para 19,7%, indicando um processo de desindustrialização no país. Segundo tal estudo, mesmo perdendo segmentos, é importante destacar que a indústria brasileira manteve sua diversificação e setores de alta tecnologia, preservando sua capacidade de ampliar a produção e exportação. Portanto a desindustrialização ocorrida no Brasil é classificada como “relativa”, pois segundo tal estudo, não houve uma perda irreparável da estrutura industrial e de sua dinâmica. Observa-se também uma fase de recuperação da

indústria a partir de 1999, devido à maxidesvalorização do real, e uma queda de tal participação, devido às sucessivas valorizações ocorridas nos últimos anos. Portanto, as dinâmicas industriais negativas ou positivas, têm ligação direta com o câmbio.

Há outras possíveis causas qualificadas pelo IEDI (2005 p. 2, 3) para a desindustrialização brasileira. A primeira ocorre devido à média anual de crescimento do produto da indústria de transformação no Brasil no período de 1990 a 2003 (1,6%), não acompanhar a evolução dos países asiáticos (o crescimento na China alcançou neste período 11,7%), e nem dos países de renda média e baixa. A segunda ocorre devido ao fato dessa “desindustrialização relativa” demonstrar uma condição estrutural do baixo crescimento do país nas últimas décadas, no qual o baixo desempenho industrial não foi compensado pelos setores que vieram a substituir a indústria. Finalmente, as políticas macroeconômicas adotadas na década de 1990 fizeram com que setores tradicionais como o têxtil, calçados, e os ramos de material elétrico eletrônico perdessem importância, levando a uma maior especialização em setores intensivos em recursos naturais, como as indústrias químicas, metalúrgicas, siderurgia e papel e celulose.

Há autores como PALMA (2005, p. 20, 21 e 22), que afirma que a “nova doença holandesa” se espalhou para alguns países latino-americanos, como é o caso do Brasil. A principal diferença é que ela não foi originada pela descoberta de recursos naturais, mas pela mudança drástica no regime de política econômica, que levou a uma acentuada reversão da pauta de industrialização, para um processo de substituição de importações. Ele observa que o Brasil após tais reformas apresentou níveis altos de desindustrialização. Segundo sua visão, buscava-se através das reformas, a diminuição da distância tecnológica que o separava dos países industrializados, através da especialização em produtos que apresentavam potenciais mais altos de crescimento de produtividade. Ele conclui que os países latino-americanos, incluindo o Brasil, devido às reformas terem ocorrido em um nível

muito baixo de renda per capita, elas acabaram por obstruir a transição rumo a uma forma de industrialização auto-sustentável, caracterizando tal desindustrialização como “precoce”.

Há autores que acreditam que a “doença holandesa” é ocasionada pelo aumento da exportação de produtos baseados em recursos naturais, como é o caso de PEREIRA (2005, p. 1). Ele observa que a taxa de câmbio vem declinando perigosamente, impulsionada pela alta taxa de juros reais praticada no país. Para que haja desenvolvimento é necessário que esta taxa de câmbio esteja depreciada, o que só acontece em momentos de crise cambial. Fora deste cenário, ela se valoriza constantemente, seja impulsionada pelos altos juros reais que atraem o capital especulativo, seja porque o caráter oneroso destes juros impede que o país emita dívida pública interna, e, com os recursos adquiridos, compre divisas e pressione os juros para baixo. Ele afirma que a razão estrutural para a apreciação do câmbio no Brasil está relacionada com a “maldição dos recursos naturais”, mas que aqui essa doença não tem a mesma gravidade como em países como a Venezuela e a Arábia Saudita, que tem suas economias impulsionadas pela exportação de uma única commodity energética: o petróleo.

2.1.1.2 Debates que não acreditam em um processo de desindustrialização no Brasil

Dentre os debates que não acreditam em um processo de desindustrialização no país, temos o estudo do ICONE¹⁷ (2006, p. 14), que mostra que a apreciação da moeda em função da entrada de dólares, gerada pelo aumento nas exportações de commodities e seu impacto sobre os produtos manufaturados, levam a um debate sobre a ocorrência da “doença holandesa”, através da análise da composição e dinâmica da pauta exportadora do país. Segundo tais estudos (p. 4), a

¹⁷ Estudos elaborados por Nakahodo e Jank.

pauta exportadora brasileira pode ser classificada de várias maneiras, sendo que no presente caso optou-se por classificá-las em “commodities¹⁸” e “produtos diferenciados”. As commodities podem ser classificadas em brutas e processadas. Como exemplos de commodities brutas de origem agropecuária, temos o algodão, cereais, amendoim, etc. Na área mineral temos o carvão, petróleo, gás natural, etc. As commodities processadas são aquelas que possuem algum processamento industrial, como o óleo de soja, madeiras, celulose, etc. O que se verifica na última década, é que do total de produtos exportados pelo país, a participação das commodities brasileiras variou entre 30% e 40% da pauta, com crescimento a partir de 2000 e tendência de estabilização em 39% a partir de 2002. Isto quer dizer que apesar da exportação de commodities ter crescido mais que a de produtos diferenciados, ela vem se mantendo estável, não sofrendo alterações abruptas. Um argumento que vem sendo utilizado para justificar o crescimento das exportações de commodities é a alta dos preços nos mercados internacionais. O Fundo Monetário Internacional (FMI), apresenta o Índice de Preços de Commodities¹⁹, para explicar o *boom* de preços nesta categoria de produto. Para o ICONE (2006, p. 10) é importante verificar que tal índice pode levar a conclusões incorretas sobre o papel dos preços na exportação brasileira, uma vez que na composição de tal índice, os produtos energéticos representam 47,8% do total ponderado para o período considerado, sendo o petróleo, com 40% deste total. Verifica-se que no Brasil, esta variável representa apenas 3% das pautas de exportações.

Por essa razão o ICONE (2006, p. 10), criou o Índice de Preços das Commodities Brasileiras (IPCB), o qual foi calculado com base na ponderação da

¹⁸ Commodities são produtos padronizados e não diferenciados, cujos preços são normalmente formados em bolsa de mercadorias do próprio país ou no exterior. Como o preço das commodities são majoritariamente formados pelo mercado, um produtor individual tem pouco ou nenhum controle sobre esta variável, o que torna a “liderança em custos” a sua principal estratégia competitiva.

¹⁹ Index of Primary Commodity prices ou IPCP.

participação relativa média dos principais produtos commoditizados que compõe a pauta exportadora do país. Este índice demonstra que os produtos dos quais o país possui vantagens comparativas maiores, tiveram altas bem menos expressivas do que se alardeava no mercado, não sendo diferentes das altas de preços ocorridas em períodos anteriores, com exceção do minério de ferro e do petróleo que tiveram altas expressivas. A conclusão sobre a ocorrência de ou não de um processo de desindustrialização no país é a seguinte:

A idéia de que haveria um processo de desindustrialização em curso é contestada pelos superávits da balança comercial nos produtos diferenciados não-commoditizados a partir de 2002, pela recuperação do emprego industrial a partir do segundo semestre de 2004 e pela idéia simplista de que se produzir commodities não seria também uma "atividade industrial". Por trás da exportação brasileira de commodities há uma rede de indústrias de insumos, máquinas e processamento de produtos, além do apoio de inúmeros serviços de suporte. (ICONE, 2006, p. 19)

Portanto, segundo os estudos apresentados, não há um processo de desindustrialização no país. Salienta-se que tal estudo não leva em consideração a década de 1980, baseando-se apenas em anos mais recentes.

Para explicar o processo, a FIERGS (2006), apresenta os três conceitos mais significativos entre os muitos conceitos de desindustrialização existentes: "O primeiro refere-se a participação relativa do valor adicionado industrial no valor adicionado total, o segundo, ao comportamento temporal da produção física da indústria e o terceiro ao emprego industrial." (FIERGS, 2006, p. 4)

Neste sentido os seus estudos mostram que desde o início da década de 1990 (segundo os dados da pesquisa industrial mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), as flutuações do emprego industrial não apresentam uma queda contínua ao longo do tempo. Quanto à relação emprego industrial/emprego total, desde 1998 observa-se uma certa estabilidade, segundo os dados medidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e pelo Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (CAGED). Portanto, com a visualização destes indicadores não se pode afirmar que o país esteja sofrendo de um processo de desindustrialização. Na análise da razão do Valor de Transformação Industrial

(VTI) sobre o Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se crescimento da participação da indústria no PIB brasileiro. A Pesquisa Industrial Anual (PIA) de 1996 a 2003 demonstra que ocorre um aumento da importância da indústria de transformação e da indústria extrativa mineral na economia brasileira. Quanto ao setor de transformação, a maioria dos sub-setores analisados mantêm sua participação estável ou crescente, sendo que apenas alguns setores da indústria apresentam queda na participação no PIB, como a indústria do fumo, produtos de metal, vestuários, etc. A FIERGS (2006, p. 5) também cita os conceitos de KUTSCHER & PERSONICK²⁰ (1986), aos quais afirmam que mais importante que o comportamento da razão VTI/PIB é a dinâmica da produção física, e esta dinâmica no caso brasileiro, não apresenta características de um processo de desindustrialização.

Para NASSIF (2006, p. 2) o ponto de partida para a análise de uma suposta ocorrência de um processo de desindustrialização no país é a análise da produtividade do trabalho no longo prazo e a análise das mudanças estruturais e no padrão de especialização intra-industrial. As variáveis mais utilizadas para estimação da produtividade do trabalho são a razão entre o valor agregado e pessoal ocupado, e a razão entre a produção física e o pessoal ocupado. Os dados apresentados pelo IBGE entre 1984 e 2005 (p. 12) mostram que em análise à razão da produção física e o pessoal ocupado, verifica-se que a produtividade do trabalho teve dois momentos distintos: forte retração na metade da década de 1980 e forte recuperação a partir do início da década de 1990. Por outro lado, os dados da PIA para o período de 1996 a 2004, com relação à razão do valor agregado e o pessoal ocupado, apresentam tendência de retração dos índices de produtividade do trabalho a partir da metade da década de 1990, passando o indicador a apresentar

²⁰ KUTSCHER, R.E.; PERSONICK, V.A. Deindustrialization and shift to services. Monthly Labor Review. Junho, 1986.

taxas negativas a partir de 1999. Ele destaca que a recuperação dos índices de produtividade no início da década foi acompanhada por uma redução das taxas de investimento, e isto pode ter contribuído para a perda de participação do setor industrial no PIB brasileiro, a partir da metade desta década.

Com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a não ocorrência de um processo de desindustrialização, NASSIF (2006, p. 17) também apresenta em seu debate, as mudanças na estrutura produtiva brasileira desde o início da década de 1930, onde começou o processo de industrialização no país. Durante o período de consolidação da indústria (1950 a 1980), houve um aumento da participação da indústria no PIB, em detrimento da participação da agropecuária, como observado na maioria dos países. A partir da metade dos anos 80, após se manter estável durante o período compreendido entre 1975 e 1985, a indústria começa a diminuir de forma constante sua participação na riqueza nacional, abrindo espaço ao setor de serviços. Segundo NASSIF (2006, p. 20 e 21) a retração da participação da indústria no PIB foi um fenômeno que ocorreu somente na metade dos anos 80, ocasionada pelo quadro de estagnação econômica e alta taxas de inflação, sendo que a partir da década de 1990, manteve-se estável, com um ligeiro aumento a partir de 2004. Dito isto, ele conclui que não há indícios de ocorrência de desindustrialização²¹ no país, uma vez que não foram detectados fatores microeconômicos internos ou externos que levam a este processo, como aumento de produtividade no setor manufatureiro e concorrência com produtos importados. Ele também apresenta em seu trabalho, estudos sobre as mudanças na estrutura interna e de padrão de especialização da indústria brasileira, e a suposta ocorrência da nova doença holandesa no país²² (p.

²¹ Entende-se por desindustrialização aquela consagrada na literatura econômica, e a desindustrialização precoce, em relação ao estágio de desenvolvimento econômico do país.

²² A nova doença holandesa é caracterizada pela modificação do padrão de especialização internacional, causado por alterações na política macroeconômica, como taxa de câmbio real baixa, onde ocorre uma maior concentração na exportação de produtos primários ou intensivos em recursos naturais.

21). Segundo seu estudo, evidencia-se no período de 1989 a 2005, mudanças no padrão de especialização internacional no país. Percebe-se um aumento de participação das indústrias baseadas em recursos naturais e uma ligeira queda de participação das indústrias baseadas em tecnologia diferenciada. No entanto, tais conclusões merecem cautelas, pois: i) o refino de petróleo representa quase a totalidade da participação das indústrias baseadas em recursos naturais, fato que apenas reflete o progresso tecnológico de um ramo produtivo, longe de evidenciar um processo de desindustrialização. ii) os setores com tecnologias intensivas em trabalho diminuíram sua participação no valor adicionado industrial, fato que contraria as premissas de surgimento de focos de nova doença holandesa no Brasil. iii) os setores industriais baseados em ciência e com tecnologias intensivas em escala, mantiveram a mesma participação no valor adicionado total nos anos de 1996 e 2004.

NASSIF (2006, p. 27) conclui que não houve um processo generalizado de mudança no padrão de especialização e na realocação dos recursos produtivos dos setores com tecnologias em escala²³, diferenciada²⁴ e *science-based*²⁵, para indústrias baseadas em recursos naturais, fato que não evidencia que o país tenha sofrido de um processo de desindustrialização.

2.1.1.3 Possibilidades de retomada do processo de industrialização

Uma outra alternativa para explicar o processo de desindustrialização nos países periféricos é apresentada por LAPLANE (2006, p. 5). Segundo sua análise os estudos deveriam focar as oportunidades e ameaças existentes no capitalismo

²³ O principal fator de competitividade é a possibilidade de explorar ganhos por produzir em escala.

²⁴ Os bens são fabricados para atender a diferentes padrões de demanda.

²⁵ O principal fator competitivo é a rápida aplicação da pesquisa científica às tecnologias industriais.

contemporâneo para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Ele destaca as mudanças ocorridas no cenário internacional nos últimos vinte anos:

Foram processadas nos últimos vinte anos, profundas mudanças nas formas de organização e de regulação das economias desenvolvidas e da economia mundial: desregulação dos mercados financeiros, acelerada concentração e centralização do capital, mudanças na composição da riqueza em favor de ativos financeiros, mudanças nos regimes internacionais de comércio, de propriedade do conhecimento e dos investimentos estrangeiros, desenvolvimento tecnológico gerador de novos mercados.

Também observa que as oportunidades podem vir da possibilidade de explorar as vantagens de custos existentes da exploração de recursos naturais e mão-de-obra barata, e as ameaças resultam da diminuição da possibilidade de implementar políticas nacionais de desenvolvimento, tendo em vista os acordos internacionais de comércio. Para ele, "...os países em desenvolvimento que contém com alguma base industrial e com um mercado interno dinâmico e de grandes dimensões são em princípio os que pareceriam mais aptos a explorar as oportunidades, minimizando as ameaças à viabilidade da industrialização..." (LAPLANE, 2006, p. 6). Ele também afirma que o Brasil não soube aproveitar as oportunidades advindas de uma situação internacional favorável, tendo a partir dos anos 90 um desempenho insignificante em termos de desenvolvimento industrial:

O baixo crescimento da indústria brasileira é conseqüência do ajuste defensivo, primordialmente financeiro e de defesa das margens de lucro, das empresas industriais em fase da sucessão de expansões curtas dos negócios recorrentemente interrompidas por choques da política econômica desde 1994. A agilidade mostrada pelas empresas, principalmente no plano financeiro, revela um pronunciado instinto de sobrevivência e de aversão aos riscos inerentes ao investimento em capacidade produtiva e em desenvolvimento tecnológico ... A não adoção de estratégias mais arrojadas de expansão teve por conseqüência que a estrutura dos grandes grupos nacionais não evoluísse em direção às atividades de elevada densidade tecnológica e de maior potencial de crescimento. No caso das filiais de empresas estrangeiras, são poucas as que realizaram investimentos que as habilitassem para participar como fornecedores globais na divisão internacional do trabalho estabelecida pelas matrizes. As exceções são aquelas inseridas nos fluxos de comércio para os países vizinhos do MERCOSUL e da ALADI ou para o NAFTA. (LAPLANE, 2006, p. 10)

Para ele, a retomada do crescimento da indústria requer esforços dos setores públicos e privados visando amenizar os efeitos micro e macroeconômicos

que vem afetando o país nos últimos anos.

Em síntese, destaca-se que os debates apresentados pelos diferentes autores apresentados neste trabalho analisam períodos distintos. Os debates que apontam para um processo de desindustrialização no país indicam que tal processo ocorreu da década de 1980, enquanto que os que não acreditam em um processo de desindustrialização fazem sua análise a partir da década de 1990.

No próximo capítulo são analisados os principais dados e indicadores referentes à indústria brasileira e sobre a ocorrência ou não de um processo de desindustrialização, através da interpretação dos debates vigentes sobre o caso brasileiro.

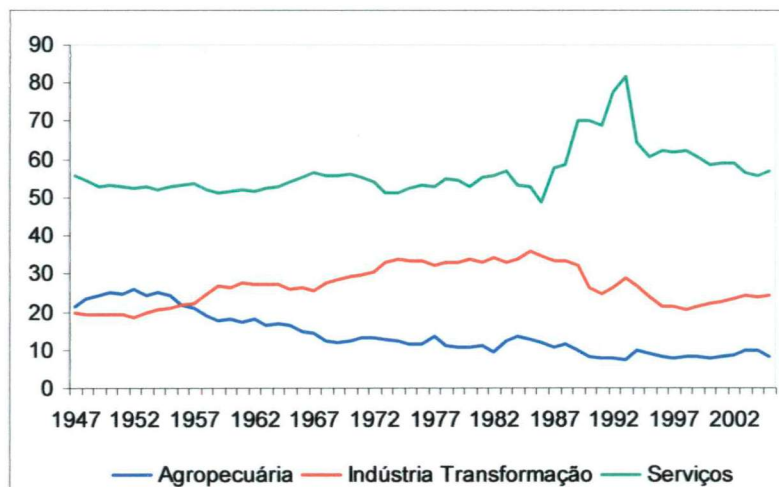
3 ANÁLISE EMPÍRICA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para demonstrar a ocorrência ou não de um processo de desindustrialização no país são apresentados e analisados os dados referentes à participação do valor adicionado dos setores da economia no PIB brasileiro, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados de emprego cujas principais informações são as produzidas pelo IBGE e pelo Ministério do Trabalho através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e dados sobre a exportação brasileira fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

3.1 PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO PIB BRASILEIRO

Analisando a participação do valor adicionado dos setores primário, secundário e terciário no PIB brasileiro no período de 1947 a 2004 pode-se verificar no gráfico 1 (abaixo) o surgimento de três fases distintas: i) a primeira fase que vai de 1950 a 1985, onde se verifica um contínuo declínio do setor agropecuário, passando de uma participação de 25,07% para 12,61%, nos referidos anos respectivamente. Também neste período houve um aumento da indústria de 16,59%, passando de uma participação de 19,29% para 35,88%. Quanto ao setor de serviços verificamos no período analisado uma certa estabilidade, apresentando variações na sua participação entre 51% a 56%; ii) a segunda fase vai de 1986 a 1999, mostra um pequeno declínio da participação da agropecuária, passando de 12,08% para 8,25%. A principal mudança no período vem do declínio da participação do setor industrial como porcentagem do PIB, passando de 34,66% para 21,42% e de um aumento de participação do setor de serviços de 48,69% para 60,86%. iii) a terceira fase marca uma certa estabilidade dos três setores analisados, aos quais mantém basicamente, os mesmos níveis percentuais de 1999.

GRÁFICO 3.1 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SETORES DA ECONOMIA NO PIB BRASILEIRO NO PERÍODO 1947-2005 (%)



Fonte: IBGE/CONTAS NACIONAIS

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Verifica-se neste período que o cenário macroeconômico adverso, impulsionado pela crise do petróleo, a elevação dos juros norte-americanos, a crise da dívida externa, a superinflação, e as crises mexicana, russa e asiática, afetaram o crescimento industrial brasileiro no período de 1985 a 1999. Conforme se observa nos debates apresentados, tem-se que os propostos por PALMA (2005) e pelo IEDI (2005), demonstram de forma mais apropriada o que realmente aconteceu na indústria brasileira nas últimas décadas. PALMA (2005) aponta que o Brasil sofreu da desindustrialização no período de 1980 a 1999, e este processo é causado pela chamada “nova doença holandesa”, ao qual diferentemente da doença holandesa tradicional, surge em função de mudanças drásticas nas políticas econômicas adotadas pelos países. O IEDI (2005) também aponta que as condições macroeconômicas adversas proporcionaram uma perda do setor industrial no período, classificando a desindustrialização no país como “relativa”.

Assim, com base nos dados apresentados pode-se identificar o surgimento de um processo de desindustrialização na economia brasileira no período de 1985 a 1999, pois em tal período, houve queda da participação do setor industrial como porcentagem do PIB.

3.2 PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO NOS DIVERSOS SETORES

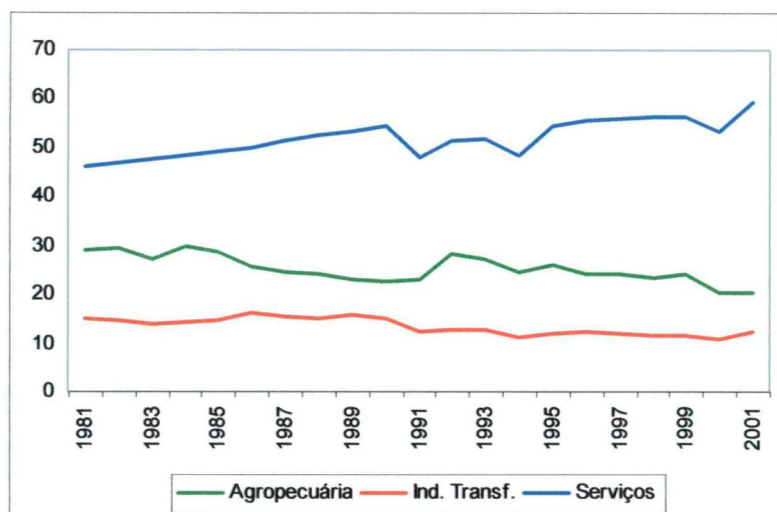
Com relação aos dados de emprego, são apresentados os dados da População Economicamente Ativa (PEA) de 1981 a 2001 da Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílios (PNADS), População Ocupada (POC) de 1940 a 2000 e Pesquisa Industrial Mensal Dados Gerais (PIM-DG) de 1985 a 2001 do IBGE e os dados de emprego fornecidos pela RAIS, de 1985 a 2004.

O IBGE apresenta a definição da PEA:

População Economicamente Ativa Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias).

Analisando o gráfico 2, a qual apresenta os dados da PEA, fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho, verificamos que no período de 1981 a 1986 houve um aumento da participação da indústria de transformação com relação à população economicamente ativa, passando de um percentual de 14,98% para 16,21%. A partir de 1986 houve uma redução da participação, passando de 16,21% para 11,55% em 1999.

GRÁFICO 3.2 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) - 1981-2001 (%)

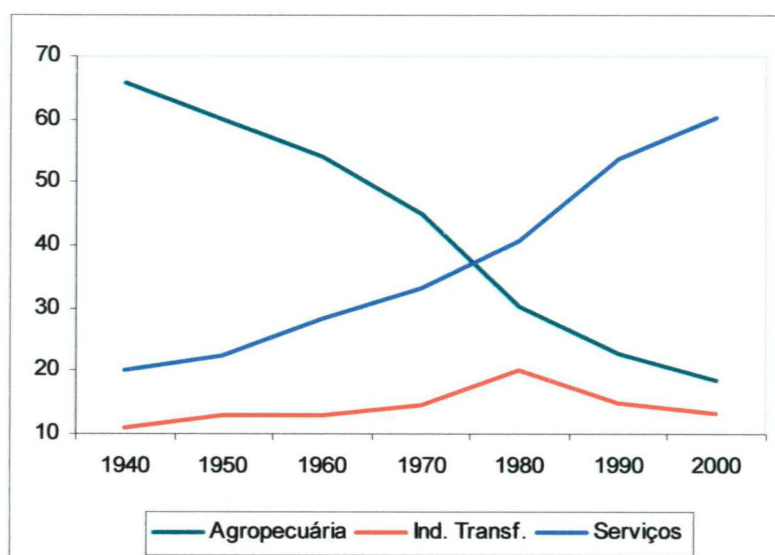


Fonte: PNAD/OIT

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Analisando o gráfico 3, o qual mostra a População Ocupada (POC), medida pelo IBGE, verifica-se a mesma tendência demonstrada nos gráficos apresentados anteriormente, ou seja, uma redução da participação da indústria a partir da metade da década de 1980. Observa-se no gráfico que em 1980, a indústria de transformação empregava cerca de 20% do total da população ocupada no país, e a partir de 2000, esta porcentagem cai para cerca de 13%.

GRÁFICO 3.3 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA - 1940-2000 (%)



Fonte: IBGE/CENSOS DEMOGRÁFICOS

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

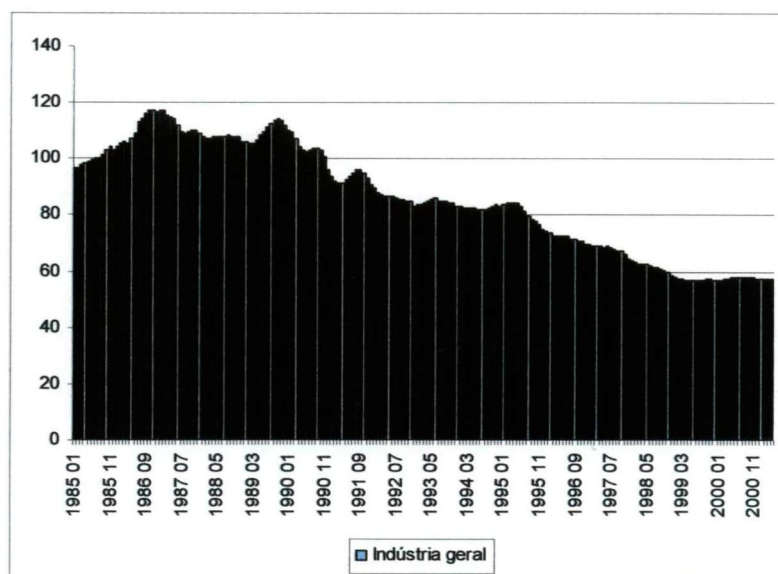
Desta pesquisa é retirado o denominador da relação: tanto a evolução do Pessoal Ocupado na Produção como as Horas Pagas na Produção.

Ressalta-se que a PIM-DG foi substituída pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) em 2000, entretanto a utilização da primeira deve-se, sobretudo, ao objetivo de análise da década de 1990, uma vez que a PIMES apresenta dados das séries aqui analisadas a partir de dezembro de 2000.

Analisando o gráfico 4, considerando o índice 100 para 1985, verifica-se que o pessoal ocupado na indústria, após atingir o índice de 117,44 em novembro de 1986, passa a declinar constantemente, chegando a atingir 57 em janeiro de

2000. A partir de 2000 o índice se mantém estável. Este fato mais uma vez indica um processo de desindustrialização a partir da metade da década de 1980.

GRÁFICO 3.4 - ÍNDICE DE PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA (1985=100) - JAN 1985 - ABR 2001



Fonte: IBGE/IPEADATA.

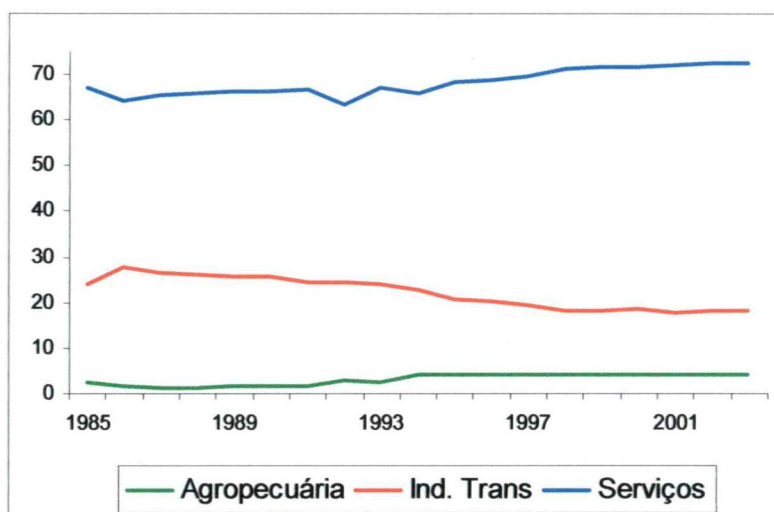
Nota: Série interrompida em junho de 2001.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Outra fonte de dados bastante utilizada neste é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no intuito de fornecer uma análise mais aprofundada do mercado formal de trabalho. A RAIS é composta por registros administrativos recolhidos obrigatoriamente por todas as empresas, uma vez por ano. Dele constam informações sobre os empregados (p. ex., idade, sexo, tipo de vínculo com o trabalho, remuneração, ocupação, tempo de serviço), sobre a atividade econômica da empresa, sua natureza jurídica etc.

Analisando o Gráfico 5, verificou-se uma queda de participação da indústria no emprego formal da economia brasileira em torno de 9,7%, passando de 27,7% em 1986 para 18,4% em 1999. Esta queda é decorrente do baixo desempenho industrial vivido durante o período de 1985 a 1999, ocasionados pelas condições macroeconômicas adversas, como já comentado na sub-seção anterior.

GRÁFICO 3.5 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E SERVIÇOS NO EMPREGO FORMAL TOTAL DA ECONOMIA BRASILEIRA, NO PERÍODO 1985-2004 (%)



Fonte: RAIS/MTE

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Os dados de emprego analisados evidenciam a desindustrialização da economia brasileira a partir da metade da década de 1980. Verifica-se que em todos os gráficos apresentados houve uma redução do emprego industrial no período mencionado.

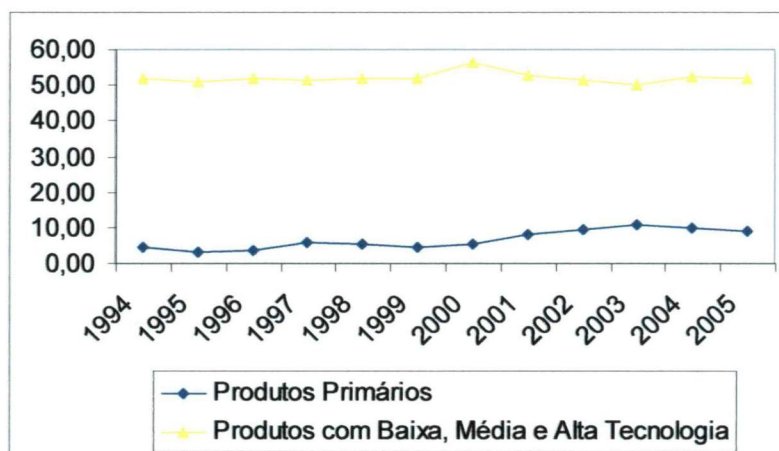
3.3 EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NOS ÚLTIMOS ANOS

As exportações brasileiras podem ser analisadas de várias maneiras. Neste estudo, optou-se por dividi-las de cinco formas distintas: i) produtos primários (petróleo, carvão e agropecuária); ii) produtos baseados em recursos naturais (açúcar, café, borracha, refino de petróleo, celulose, papel e gráfica, laticínios, óleos vegetais, beneficiamento de produtos vegetais, outros produtos alimentares, extrativas mineral, abate de animais); iii) produtos de baixa tecnologia (setor têxtil, calçados, madeira e mobiliário, artigos de vestuário, plástica, metalurgia de não ferrosos e minerais não metálicos); iv) produtos de média tecnologia (elementos químicos, peças e outros veículos, veículos automotores, material elétrico, químicos diversos, siderurgia, outros produtos metalúrgicos, máquinas e tratores); e, v)

produtos de alta Tecnologia (equipamentos eletrônicos, farmácia e perfumaria).

Para efeito de verificação foram realizadas as seguintes comparações entre os valores percentuais das exportações: i) produtos primários x produtos de baixa, média e alta tecnologia; ii) produtos primários e baseados em recursos naturais x produtos de média e alta tecnologia e, iii) produtos primários e baseados em recursos naturais x produtos de baixa tecnologia.

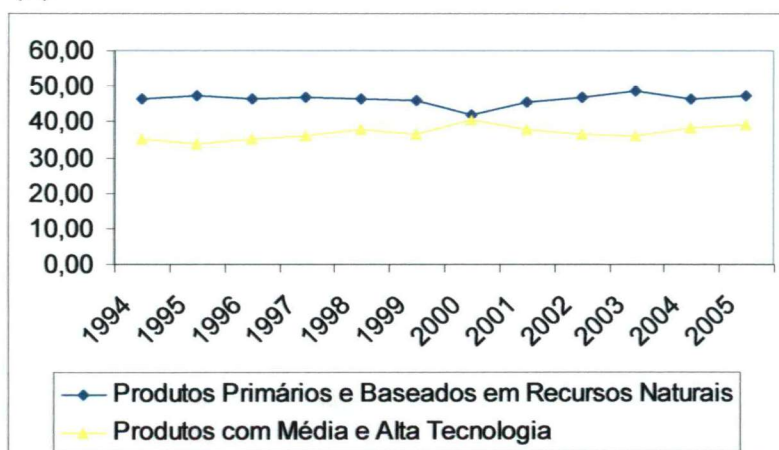
GRÁFICO 3.6 - PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E DE PRODUTOS COM BAIXA, MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA SOBRE O TOTAL EXPORTADO (%)



Fonte: MDIC/INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

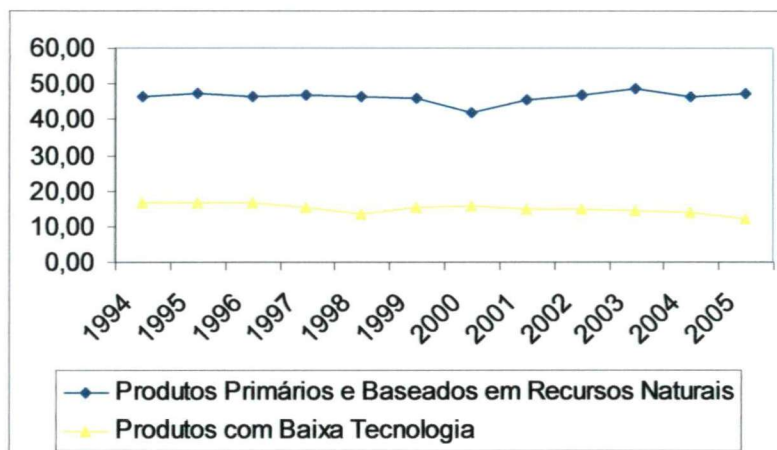
GRÁFICO 3.7 - PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E BASEADOS EM RECURSOS NATURAIS E DE PRODUTOS COM MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA SOBRE O TOTAL EXPORTADO (%)



Fonte: MDIC/INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

GRÁFICO 3.8 - PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E BASEADOS EM RECURSOS NATURAIS E DE PRODUTOS COM BAIXA TECNOLOGIA SOBRE O TOTAL EXPORTADO (%)



Fonte: MDIC/INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Através dos estudos das exportações, pode-se analisar a ocorrência ou não de um processo de desindustrialização, através da chamada “doença holandesa”. Conforme mencionado no capítulo 2, a “doença holandesa” é caracterizada pela apreciação cambial, ocasionada pela exportação de produtos baseados em recursos naturais. Com a apreciação cambial, os produtos industrializados se tornam menos competitivos internacionalmente, reduzindo-se a exportação destes.

Estes debates foram expostos por PEREIRA (2005) e pelo ICONE (2006), sendo que, o primeiro acredita que esteja ocorrendo tal doença no país e o segundo acredita que não esteja ocorrendo.

Os gráficos 3.6, 3.7 e 3.8 não apresentam variações significativas que possam indicar um aumento excessivo da exportação de produtos primários e baseados em recursos naturais que possam indicar um processo de desindustrialização (doença holandesa tradicional) na economia brasileira no período de 1994 a 2005. No entanto a continuar a valorização do real nos próximos anos, pode haver uma desaceleração das exportações industriais e crescimentos das importações de manufaturados como já presenciado nos últimos meses.

CONCLUSÃO

O cenário macroeconômico adverso, impulsionado pela crise do petróleo, a elevação dos juros norte-americanos, a crise da dívida externa, a superinflação, e as crises mexicana, russa e asiática, afetaram o crescimento industrial brasileiro no período de 1985 a 1999.

Quanto à ocorrência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil, verifica-se que os debates apresentados são controversos. Salienta-se que aqueles que acreditam que o país tenha sofrido de tal processo fazem suas análises e conclusões baseadas em períodos mais longos, caracterizando o surgimento deste a partir da metade da década de 1980. Quanto aos debates que não acreditam no surgimento de um processo de desindustrialização no país, estes realizam suas análises e conclusões a partir da década de 1990.

Outro fato que cabe salientar é que os estudos apresentados pelos autores citados utilizam-se de diferentes fontes de dados e indicadores para as análises elaboradas. Neste sentido, as variáveis utilizadas foram a participação da indústria no PIB, a análise das exportações de commodities x produtos diferenciados, a relação emprego industrial x emprego total, valor de transformação industrial x PIB, análise de produtividade do trabalho e mudanças estruturais e no padrão de especialização da indústria.

Como mencionado na introdução, optou-se neste trabalho pela demonstração dos valores da participação industrial em relação ao PIB, pelos diversos dados disponíveis sobre a variação do emprego industrial e a variação das exportações por níveis de tecnologia. Conforme se verifica nos dados apresentados a partir da metade da década de 1980 até meados do ano de 1999, houve uma queda na participação da indústria em relação ao PIB e uma redução da participação do emprego industrial. A partir de 2000 verifica-se uma certa estabilidade do emprego industrial.

Portanto, com base na avaliação dos dados apresentados, ocorreu um processo de desindustrialização a partir da metade da década de 1980 até meados do ano de 1999, e tal processo ocorreu através da chamada “nova doença holandesa”, causada pelas mudanças drásticas na política econômica (cenário macroeconômico adverso). Quanto ao surgimento da “doença holandesa tradicional” (causada pelo *boom* de exportações de produtos primários e baseados em recursos naturais) este trabalho não identificou sua ocorrência no período de 1994 a 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONELLI, R.; GONÇALVES, R. **Padrões de desenvolvimento industrial no Brasil**. Texto para Discussão 645, Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

FIERGS. **O Brasil está diante de um processo de desindustrialização?** Rio Grande do Sul: 2006.

GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B. de; et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, A.P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IEDI. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** Texto apresentado no Seminário "Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento" organizado pela FIESP e pelo IEDI, São Paulo: 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Núcleo de estatística**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm?c=5>

LAPLANE, M. F. **Indústria e desenvolvimento no Brasil do século XXI**. São Paulo: 2006.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. **A falácia da "doença holandesa" no Brasil**. São Paulo: Ícone, 2006.

NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Texto para Discussão 108, Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de "desindustrialização" e um novo conceito de "doença holandesa"**. São Paulo: Fiesp, 2005.

PEREIRA, L. C. B. **A maldição dos recursos naturais**. Folha de São Paulo, 06 jun. 2005.

ROWTHORN, R. et al. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Cap. 4.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. **Política industrial e desenvolvimento**. São Paulo: Revista de Economia Política, 2006. v. 26, p. 163-185.